

GOVERNO DE SÃO PAULO

PROJETO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

O conjunto das atividades que já vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria da Educação, bem como outras que serão iniciadas pelo retorno das conclusões da discussão do Documento nº. 01 por todos os funcionários e servidores da Pasta, permite o delineamento do Projeto de Atuação da Secretaria englobando todas as iniciativas.

Justificativa do estabelecimento do Projeto da Atuação:

Considerando que o propósito da Secretaria é o de fundar a sua atuação a partir da mais ampla participação de todo o magistério, torna-se necessário a definição de coordenadas que permitam a articulação do esforço participativo não só a nível central como também com relação a órgãos regionais, sub-regionais e locais. Essas coordenadas serão fornecidas pelo Projeto de Atuação que se desdobrará em:

I – Projeto Prioritários

I (a) Sub-projetos

II – Projetos Suplementares e

III – Projetos de Apoio

Premissas básicas do Projeto de Atuação

1. A democratização da educação pública , exigência histórica do momento que vivemos, é um processo que se delinea em duas grande tarefas:

- criação de vagas para absorver toda a clientela do ensino de 1º grau e a grande maioria da clientela do 2º grau:

- melhoria da qualidade do ensino em todos os graus.

2. A ação governamental em educação não mais pode ser impositiva e dispensar a ampla discussão de todos os segmentos sociais interessados.

Em face dessas premissas a Secretaria da Educação, em reunião realizada com os 48 Diretores Regionais do Ensino e os 115 Delegados de Ensino, distribuiu cerca de 200.000 exemplares de um documento sobre alguns dos principais problemas da educação em São Paulo e perspectivas de solução.

Com a distribuição do documento (Documento Preliminar – para Reorientação das Atividades da Secretaria da Educação) e a ordenação e periodização de sua discussão (Resolução SE 118/83), que está sendo feita em todos os níveis da Administração, desde os órgãos centrais até as unidades escolares, visa-se ao recolhimento de subsídios para um elenco de alguns dos principais projetos cuja execução marcará atuação do Governo Estadual nos próximos quatro anos. A estratégia utilizada para o delineamento desses projetos, representa o cumprimento, em ampla escala, do princípio da participação.

A fim de assegurar que o esforço da participação não se esgote na discussão e no oferecimento de sugestões, mas que se envolva também a implementação das ideias, pretende-se que os principais projetos englobem subprojetos, projetos complementares e projetos de apoio que poderão ser independentes na sua elaboração ou execução, mas vinculados às diretrizes e que a que estejam sob responsabilidade direta do órgãos regionais ou sub-regionais ou até de unidades escolares.

I – Projetos Prioritários:

Qualquer projeto é – como diz Castoriadis (L'institution imaginaire de la société) – “a intenção de uma transformação do real, guiada para uma representação do sentido desta transformação e levando em conta as condições da realidade”. Nessas condições, a formulação dos Projetos Prioritários visa a explicitação de algumas intenções essenciais à atuação da Secretaria. Essa explicitação, que neste momento não deve ser exaustiva mas que pode e deve ser ampliada, esboça a traços amplos o sentido e a direção das grandes tarefas que a Secretaria se propõe.

A própria formulação sucinta desses Projetos Prioritários deixa claro que a preocupação básica é a delimitação de algumas áreas relevantes de atuação. Nesse sentido, os Projetos devem ser considerados como elementos disciplinadores da ação da Secretaria. Todas as atividades em desenvolvimento e outras que se proponham devem integrar os Projetos Prioritários ou de um modo direto ou na forma de Sub-projetos, Projetos suplementares ou de Apoio.

1. Reformulação do ensino de 1º grau

Objetivo: Reorganização desse grau de ensino, visando a eliminação de dois pontos de estrangulamento: repetência e evasão, principalmente, nas 1as e 5as séries.

Justificativa: A rápida expansão do ensino de 1º grau nos últimos quinze anos, desacompanhada de providências sistemáticas e eficazes visando à melhoria da qualidade do ensino oferecido, acabou provocando graves deficiências que se expressam em índices alarmantes de repetência e evasão. Daí a necessidade de que a Administração atue sobre os referidos pontos, de uma forma direta a partir de subprojetos executados pelos órgãos centrais, e de um modo indireto, pela sustentação e apoio a subprojetos regionais, sub-regionais e locais.

OBS.: Este projeto, além dos subprojetos referidos e definidos em termos de responsabilidade da execução, desdobrar-se-á também em subprojetos especiais a serem executados em caráter piloto como os referentes à reorganização pedagógico-administrativa do curso noturno, à reorientação e expansão do ensino supletivo e à integração escola-comunidade, etc.

2. Reformulação do ensino de 2º grau

Objetivo: Reorganização desse grau de ensino em face da Lei Federal nº. 7.044/82, que eliminou a profissionalização obrigatória nesse nível.

Justificativa: A edição da Lei Federal nº. 5.692/71 tumultuou toda a tradicional organização do ensino do 2º grau (secundário, normal e técnico) que rapidamente foi desfigurada a pretexto da necessidade de formação de técnicos de nível médio. Na inexistência de estudos aprofundados sobre o assunto e em face da míngua de recursos materiais e humanos para que fosse feita uma profissionalização efetiva nesse nível de ensino, o que se assistiu nos últimos anos foi uma descaracterização do sistema que havia e, como conseqüência, um atual ensino de 2º grau que nem profissionaliza nem prepara para estudos posteriores.

Em São Paulo, com o Decreto nº. 7.610¹⁷⁶, que modificou a estrutura e a organização administrativa da Secretaria da Educação, adaptando-a ao sistema de ensino instituído pela Lei nº.5.692/71, as conseqüências forma ainda mais graves porque abandonou-se completamente a rede de escolas técnicas, integrando-a artificialmente na

rede comum, já que com essa lei todos os cursos de 2º grau passaram a ser profissionalizantes.

OBS.: Este projeto deverá desdobrar-se em subprojetos especiais que incorporem as seguintes preocupações: reorganização do 2º grau de modo a ensejar profissionalização diferenciada e pós-colegial com a colaboração de Universidades, Empresas, SENAC, SENAI, etc.; reorganização do curso de habilitação para o magistério de 1º grau, recuperação das escolas técnicas industriais e agrícolas, etc..

3. Valorização do Magistério:

Objetivo: Equacionamento de previdências administrativas e legais que criem possibilidades de melhoria das condições de trabalho.

Justificativa: Além dos problemas do reajuste salarial, o magistério vem sendo vítima, nos últimos anos, de um processo sistemático de desgaste na sua motivação de trabalho pela adoção de medidas administrativas ou legais que refletem uma posição autocrática no encaminhamento de soluções referentes à situação funcional do magistério. O que se pretende, pois, é a revisão desses atos administrativos ou legais de modo a superar os referidos obstáculos.

Nessas condições, a Secretaria vem promovendo estudos não apenas sobre a evolução salarial nos últimos 20 anos, que possam orientar a ação do Governo Estadual nos próximos anos, como também estudando propostas de alterações administrativas e legais.

Tais propostas envolverão a revisão de alguns instrumentos legais que geram subprojetos tais como:

3.1 – revisão do Estatuto do Magistério

3.2 – revisão dos Regimentos internos das escolas de 1º e 2º graus.

4. Orientação da municipalização da pré-escola

Objetivo: Implementação de propostas pedagógicas que favoreçam a utilização de recursos da comunidade na expansão da pré-escola.

Justificativa: A exiguidade da rede estadual de classes de pré-escola descarta de plano qualquer possibilidade de que a atuação do Estado supra as necessidades nesse nível de ensino a médio prazo. Em face disso o levantamento em conta a importância crescente da pré-escola numa sociedade crescentemente urbanizada, a ação do Estado deve visar principalmente a capacitação de recursos junto às Prefeituras Municipais para o desenvolvimento e orientação técnica desse nível de ensino.

I (a) Sub-projetos: Constituídos por Projetos de elaboração e execução autônoma ou relativamente autônoma, mas cujos objetivos específicos se vinculam de modo direto ao objetivo mais amplo de algum dos Projetos Prioritários.

II - Projetos Suplementares: Constituídos pelos projetos de elaboração e execução autônoma, mas que complementem os objetivos visados nos Projetos Prioritários.

III - Projetos de Apoio: Constituídos pelos projetos cuja execução autônoma ou não seja considerada indispensável ou relevante a algum dos projetos anteriores.

I Sub-Projetos

1. Estudo sobre reintrodução do ensino de Filosofia no 2º Grau.
2. Abertura das escolas para facilitar integração escola-comunidade (em conjunto com outras Secretarias)
3. Elaboração de estudo e planejamento de experiência com relação aos cursos noturnos.
4. Reelaboração dos projetos de ação educacional a serem executados pelas próprias escolas, com realocação de verbas anteriormente alocadas ao Gabinete.

II Projetos Suplementares

1. Publicação do Jornal "Educação Democrática" (100.000 exemplares na primeira edição)
2. Publicação do "Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria" (100.000 exemplares)
3. Instituição do Fórum da Educação de São Paulo.
4. Elaboração do novo projeto sobre a prevenção do uso de drogas.
5. Introdução de produtos naturais na merenda com utilização de produtos regionais.
6. Seminário sobre o livro descartável.
7. Instituição do Grupo de Atendimento ao Magistério.
8. Participação no Festival de Campos de Jordão atingindo o professorado.
9. Promoção do Fórum dos Secretários da Educação do Brasil.

III Projetos de Apoio

1. Minuta do anteprojeto sobre Conselho Estadual de Educação.
2. Minuta de Decreto sobre Convênios com Municípios.
3. Minuta de Decreto sobre transferência de serviços médicos e odontológicos para a Secretaria da Saúde. (em conjunto com SE).
4. Minuta de Decreto sobre contagem de tempo corrido de antigos substitutos efetivos.
5. Minuta de Decreto sobre contagem de tempo corrido de professores contratados para aulas excedentes.
6. Minuta de Decreto sobre extinção do G.C.A.A.P.
7. Extinção dos Núcleos de apoio técnico nas 115 Delegacias de Ensino.
8. Planejamento de Concursos de remoção para Supervisores, Diretores, e Professores.
9. Estudo conjunto com as entidades de classe sobre evolução salarial do magistério nos últimos 20 anos.
10. Levantamento de irregularidades e pontos críticos no funcionamento e organização da Secretaria e medidas complementares.
11. Minuta de ante-projeto de lei sobre incorporação em 3 anos da jornada de trabalho para fins de aposentadoria e disponibilidade.